



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001229-53.2017.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Obrigações**
 Exequente: **Paulo Sérgio Nanzer Epp**
 Executado: **NILSON PEREIRA DE SOUZA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

VISTOS.

Trata-se de objeção de pré-executividade ofertada pelos executados.

DE C I D O.

A celeuma deve ser decidida de forma simples e direta.

A *prima facie* mister se faz salientar que não é todo assunto que pode ser alvo da figura criada pela prática jurídica.

A objeção possui como campo de análise aqueles casos que beiram a obviedade quanto à inexistência de algum pressuposto válido para a continuidade da ação de execução.

Ou seja, temos uma circunstância óbvia de o campo de perquirição do magistrado ser restrito.

As matérias que podem ser alegadas na objeção não são as mesmas dos embargos à execução.

Nos embargos temos uma dilação probatória ampla (matérias a serem deduzidas) e plena (cognição exauriente).

Poder-se-ia crer que em objeção a dilação é plena, porém, com a absoluta certeza, não é ampla.

Não se mostra compatível com a objeção a reavaliação da matéria do mérito da ação principal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em consequência, restou preclusa a possibilidade de discutir o assunto, uma vez que não o fez quando a matéria ainda poderia ser objeto de análise.

As questões levantadas pelo executado envolvem fatos que deveriam ser arguidos antes da prolação da sentença que já transitou em julgado.

Desta forma, o pleito deve ser rejeitado totalmente.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **indefiro a objeção de pré-executividade ofertada pelo executado**, dando, assim, prosseguimento à ação de execução.

Não há condenação em despesas processuais.

Publique-se e intime-se

São Carlos, 01 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**